

## RESUMO

### MASCULINIDADES NA PERSPECTIVA DE GÊNERO: TENSÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Jorge Lyra

UFPE; Instituto PAPAÍ

jorglyra@gmail.com

Benedito Medrado

UFPE; Instituto PAPAÍ

beneditomedrado@gmail.com

Nossa proposta para este Congresso situa-se em consonância com produções recentes que buscam resgatar a importância das contribuições do Feminismo, as quais se vêm perdendo ao longo da história, com o uso indiscriminado e despolitizado do conceito de gênero, ou seja, com seus “usos e abusos” (IZQUIERDO, 1994). Consideramos que nos últimos trinta anos, em que os estudos de gênero se consolidaram na produção acadêmica ocidental, foram produzidos trabalhos, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais, que discutem os homens e o masculino como faces malditas das relações que geram desigualdades sociais e subordinam as mulheres (MEDRADO; LYRA, 2008). Assim, postulamos a necessidade de sistematização crítica desse debate, especialmente no que se refere ao trabalho voltado aos homens e às masculinidades no campo da saúde e dos direitos reprodutivos, em particular no contexto das políticas públicas. Observamos que no campo de **Gênero e saúde**, as produções sobre homens e masculinidades, como objeto de estudo propriamente dito, têm início na década de 1990, a partir de trabalhos elaborados de maneira ainda pouco sistemática, com concentração em autores específicos e sem necessariamente se desdobrar em uma discussão teórica, epistemológica, política e ética ampla e consistente sobre o tema (LYRA, 2008). Nesta apresentação iremos dialogar principalmente com as reflexões de Juan Guillermo Figueroa-Perea (2004), uma das principais referências no debate sobre os homens no campo dos direitos reprodutivos na América Latina. Esse autor tem desenvolvido na última década uma profunda sistematização e reflexão crítica sobre essa temática. Sua rica contribuição nos auxilia a compreender como os discursos das políticas produzem concepções de masculinidades e de homens e definem posições a serem ocupadas pelos sujeitos. Nesse sentido, investigar sobre masculinidades significa não apenas apreender e analisar os signos e significados culturais disponíveis sobre o masculino, mas também discutir preconceitos e estereótipos e repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos. Situa-se, portanto, nos usos e efeitos que orientam os jogos de discursos e práticas, ou mais precisamente práticas discursivas, que tendem a transformar diversidade em desigualdade.

Palavra chave: Gênero e saúde. Feminismo. Homens. Direitos sexuais e reprodutivos. Políticas públicas.

## **MASCULINIDADES NA PERSPECTIVA DE GÊNERO: TENSÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Jorge Lyra

UFPE; Instituto PAPAÍ

jorglyra@gmail.com

Benedito Medrado

UFPE; Instituto PAPAÍ

beneditomedrado@gmail.com

Na literatura analisada com a finalidade de formular o marco referencial destas reflexões, recortamos os estudos que adotam uma concepção feminista de gênero – construção social engendrando e legitimando poder masculino –, para investigar o lugar dos homens no campo das políticas de direitos reprodutivos.<sup>1</sup> O ponto de partida é que não há uma única masculinidade, apesar de existirem formas hegemônicas e subordinadas a ela. Tais formas baseiam-se nas posições de poder social dos homens, mas são assumidas de modo complexo por homens particulares, que também desenvolvem relações diversas com outras masculinidades.

Essa busca de clareza nos argumentos não é fruto apenas de um exercício retórico, mas, principalmente, de acreditar e defender que as discussões sobre os homens e as masculinidades, de forma crítica, são resultados dos desafios e avanços dos debates científicos e políticos originalmente produzidos pelo movimento feminista e pelo movimento em defesa da diversidade sexual.<sup>2</sup> Quando se pretende (re)fazer perguntas ao campo do conhecimento, ainda fortemente sexista e androcêntrico, tanto como (re)significar relações sociais de poder e desconstruir o machismo institucionalizado, que se expressa cotidianamente em nossa sociedade, é necessário adotar essa matriz analítica e de compreensão ético-conceitual.

---

<sup>1</sup> Para a construção desta matriz, tomamos por base especialmente as produções de Arilha (1999, 2005); Arilha, Unbehaum e Medrado (1998); Figueroa-Perea (1998b, 2003, 2004); Lyra (1997); Medrado (1997); Medrado, Lyra, Nascimento e Adrião (2000); Vale de Almeida (1995, 1996).

<sup>2</sup> Sobre esse aspecto, recomendamos a leitura de Cáceres (2000); Connell (1995a); Medrado (1997); Parker e Gagnon (1995); Vance (1995).

É nesse sentido que as questões, aparentemente óbvias, que Rodrigo Parrini (2006), antropólogo chileno, apresenta em seu texto intitulado *¿Existe la masculinidad? Sobre un dispositivo de saber/poder* são muito interessantes, pois problematizam os princípios que norteiam o próprio campo. O elemento principal dessas considerações propostas pelo autor é trazer à baila uma forte crítica aos estudos autônomos da masculinidade. No seu entendimento, e de acordo com o que aqui defendemos, esse campo de estudos autônomos sobre masculinidades é “um espaço atrasado e em muitos sentidos reacionário quando comparado aos estudos de gênero, feminismo e teorias *queer*<sup>3</sup>, principalmente em função da definição do seu objeto de estudo”, e também com vago aprofundamento teórico e com pouca solidez na revisão histórica.

Segundo esse autor, considerar a masculinidade e os homens objetos *específicos* dos estudos da masculinidade acarreta conseqüências teóricas e políticas sérias. Politicamente, reforça o binarismo que atualmente tem sido fortemente criticado pelas teorias feministas e, mais recentemente, pelas teorias *queer*. Teoricamente, ao trabalhar a partir de uma divisão ingênua da masculinidade/feminilidade, não incorpora as severas críticas das políticas de identidade, a complexificação do estudo da subjetividade e a centralidade das reflexões sobre as relações de poder que configuram os objetos que se relacionam diretamente a sexo, a gênero ou a ambos (PARRINI, 2006).

Juan Guillermo Figueroa-Perea (2004), uma das principais referências no debate sobre os homens no campo dos direitos reprodutivos na América Latina, tem

---

<sup>3</sup> Segundo Nadia Pino (2007), os estudos *queer* emergem na década de 1980 como uma corrente teórica que coloca em xeque as formas correntes de compreender as identidades sociais. Descendendo teoricamente dos estudos gays e lésbicos, da teoria feminista, da sociologia do desvio norte-americana e do pós-estruturalismo francês, a teoria *queer* surge em um momento de reavaliação crítica da política de identidades. Dentre seus teóricos destacamos Eve Kosofsky Sedgwick, Teresa de Lauretis, David Halperin, Judith Butler, Steve Seidman, Michael Warner, Beatriz Preciado, Judith Halberstan. Além dos considerados precursores como Michel Foucault, Joan Scott e Gayle Rubin.

desenvolvido na última década uma profunda sistematização e reflexão crítica sobre esse tema. Diversos autores brasileiros, entre eles Pedro Paulo Oliveira (2000) e Rosely Costa (2002), também têm elencado críticas sobre os estudos da masculinidade.

Na abertura do II Seminário Internacional Homens, Sexualidade e Reprodução – organizado pelo Instituto PAPAI, Núcleo Fages, Grupo Pegapacará e NEPO-UNICAMP –, em Recife, Figueroa-Perea (2004) fez uma conferência intitulada *La representación social de los varones en estudios sobre masculinidad y reproducción: “un muestrario de reflexiones”*<sup>4</sup> Nesta conferência, ele explicita suas referências analíticas e compartilha quais são as dimensões que sugere trabalhar para repensar criticamente o que se nomeia de estudos sobre masculinidade, que o próprio autor prefere chamar de “estudos sobre os homens e as relações de poder entre os gêneros”.<sup>5</sup>

A rica contribuição de Figueroa-Perea (2004), descrita mais detalhadamente a seguir, auxilia a compreender como os discursos das políticas produzem concepções de masculinidades e de homens e definem posições a serem ocupadas pelos sujeitos. Nesse sentido, investigar sobre masculinidades significa não apenas apreender e analisar os signos e significados culturais disponíveis sobre o masculino, mas também discutir preconceitos e estereótipos e repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos. Situa-se, portanto, nos usos e efeitos que orientam os jogos de discursos e práticas, ou mais precisamente práticas discursivas, que tendem a transformar diversidade em desigualdade.

Por certo, ao longo da história, as mulheres têm sido alvo de injustiças sociais de ordens variadas e, por mais conquistas que tenham alcançado, ainda está

<sup>4</sup> O texto foi publicado no livro *Homens: tempos, práticas e vozes*, organizado por Medrado; Franch; Lyra; Brito, 2004.

<sup>5</sup> Vale salientar que não assumimos aqui gênero a partir da relação entre dois. A dimensão de poder entre gêneros sobre a qual fala Figueroa-Perea (2004) ultrapassa uma leitura binária.

distante de se poder falar sobre uma efetiva equidade de gênero (GREGORI, 1989; SAFIOTI, 2001). Por outro lado, muitos homens em condições sociais (a)diversas também enfrentam, cotidianamente, a impossibilidade e a obrigação de responder ao modelo hegemônico de masculinidade .

Poder-se-ia ler a afirmativa acima como um posicionamento *vitimário*. Porém, a resistência em perceber as relações de poder como *jogos*, e não como *estados*, pode, por outro lado, inviabilizar a percepção de caminhos de transformação, mantendo conseqüentemente os lugares de mulher-vítima e homem-algoz como estáveis e imutáveis (GREGORI, 2003). Como bem destaca Medrado (1996), a dominação dos homens sobre as mulheres e sobre o feminino não possui autoria única, mas uma constelação de autores, que inclui, além dos homens, a mídia, a educação, os sistemas de saúde, a religião, as mulheres e as próprias políticas públicas. Em outras palavras, partimos da perspectiva de que o poder coletivo dos homens não é construído apenas nas formas como os homens o interiorizam, individualizam e reforçam, mas também nas instituições sociais.

Na seqüência, sintetizamos alguns pontos que consideramos importantes para caracterizar esse campo de investigação em constante ebulição, também produtor de discursos, de modos de saber e de fazer e de sujeitos.

Refletindo sobre os estudos sobre homens e masculinidades no campo da Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, Figueroa-Perea (2004) propõe as seguintes questões, que serão exploradas a seguir:

- a. Que temas têm sido objeto de pesquisas?
- b. Como se investigam os diferentes temas?
- c. Que concepções de homem orientam estes estudos?
- d. Qual é o ponto de vista que se adota na formulação do conhecimento?
- e. Quais são as sugestões de temas para futuras pesquisas?

- f. Que novos discursos, novas palavras estão sendo inventados pelo campo?
- g. O que se quer com estes estudos sobre masculinidades?
- h. Que categorias analíticas são usadas?
- i. Há desconfianças do conhecimento produzido sobre os homens?

A partir da pergunta *Que temas têm sido objeto de pesquisa no decorrer do tempo?*, Figueroa-Perea (2004) identifica os temas que têm sido trabalhados exaustivamente e outros que surgiram apenas mais recentemente, e mesmo assim com dificuldades. Problematiza, também, por que alguns temas não são trabalhados. Segundo o autor, há nesse campo um maior foco nos estudos sobre sexualidade, saúde e violência, em detrimento de discussões sobre reprodução, gerando uma produção ainda incipiente do ponto de vista do aprofundamento teórico-metodológico e epistemológico. Uma possível justificativa trazida por esse autor é o interesse em fazer intervenções em situações diversas, contando com recursos disponíveis, mas que, em busca de resultados rápidos, não possibilita um acúmulo e aprofundamento das compreensões sobre os fenômenos (MINELLO MARTIN, 2002). Essa questão dos recursos também é apontada por Rosely Costa (2002), quando afirma que os estudos sobre masculinidades emergiram a partir do incentivo de agências financiadoras nacionais e internacionais, que, devido às preocupações com o controle de natalidade nos países em desenvolvimento, visavam um maior conhecimento dos homens.

Ao refletir sobre *como se investigam os diferentes temas*, Figueroa-Perea (2004) ressalta que é necessário não apenas atender para os temas emergentes no campo, mas observar especialmente como têm sido feitas essas investigações. Em suas análises, ele destaca que algumas pesquisas sobre masculinidades tomam os homens como únicos interlocutores, sem fazer nenhuma alusão aos argumentos ou narrativas de mulheres. Algumas até fazem referências a homens e mulheres, mas

suas análises muitas vezes se baseiam, única e exclusivamente, em diferenças comportamentais (genéticas, hormonais etc.), tomadas a partir de uma abordagem tipificadora. Em outros estudos, considera-se que as pesquisas que têm mulheres como interlocutoras já contemplam muitas informações sobre os homens e que, portanto, essas informações podem ser analisadas, sem necessariamente gerar a necessidade de incluir análises a partir de depoimentos dos homens.

Embora Figueroa-Perea (2004), de forma proposital, não cite diretamente muitos autores ou obras, preferindo falar em tendências e movimentos, é possível perceber claramente essa dinâmica, que não parece constituir necessariamente grupos em disputa, mas procedimentos comuns nas obras, inclusive de mesmos autores ou autoras. Observam-se nesses exemplos, trazidos pelo autor, alguns problemas na produção de conhecimento desse campo. Em linhas gerais, revelam a presença de sexismos, tão criticados pelo Feminismo, expressos a partir da postura binária e da não-adoção da perspectiva relacional; naturalizam as diferenças sexuais, a partir da mera tipificação de comportamentos tidos como masculinos e femininos; apresentam tensões entre visibilidade/invisibilidade dos sujeitos e mostram análises fundamentadas em informações indiretas.

Outra importante questão oriunda do debate sobre o fazer científico apresentado por Figueroa-Perea (2004) refere-se a como devemos abordar o tema das masculinidades (e outros objetos de pesquisas em gênero): de forma indutiva ou dedutiva? Ou seja, *qual é o ponto de vista que se adota na formulação do conhecimento?* Parte-se do que os homens fazem, buscam-se certas diferenças (e semelhanças) com as mulheres (e com os próprios homens) e tenta-se entender a origem e o significado destas diferenças e semelhanças ou, a partir de uma determinada concepção teórica de masculinidade, vai-se a campo procurando

comprová-la dedutivamente na prática? Na compreensão do autor, a qual compartilhamos, é fundamental explicitar de que lugar e de que modo se interpreta a masculinidade: é uma condição, uma essência, uma característica ou um privilégio?

Continuando esse processo de caracterização e análise do campo, Figueroa-Perea (2004), além de mapear que procedimentos metodológicos têm sido empregados nos estudos de masculinidades, chama atenção também para entendermos *que concepções de homens orientam estes estudos*. Ele organiza essas concepções em pelo menos cinco perspectivas: “satanização dos homens”, “homens como vítimas”<sup>6</sup>, “auto-flagelação”, “desigualdades de gênero patriarcais” e “uma leitura que contextualiza as normas sociais”. Mais adiante, traremos um maior detalhamento formulado pelo autor.

Reconhecendo que o exercício de análise da produção teórica sobre um tema é fundamental para identificar equívocos, revisar caminhos e também perceber os avanços, Figueroa-Perea (2004) questiona essa literatura a partir da pergunta: *Quais são as sugestões de temas para futuras pesquisas?* Uma das características que se aponta em vários estudos é a dimensão do poder em suas diferentes modalidades, não apenas com o fim de identificá-lo, o que na sua aceção seria uma leitura eminentemente dedutiva, mas de questionar como os indivíduos concretos processam o exercício do poder, como o reproduzem e também como o transgridem, ou seja, questionam e transformam em relações mais democráticas.

Neste estudo trilhamos esse caminho, tomando como referência as relações de gênero e, portanto, de poder. Todavia, seguimos noutra direção, concebendo as relações de poder como um princípio organizador da nossa sociedade, que constitui e expressa relações de gênero em vários âmbitos. O recorte aqui proposto assume

---

<sup>6</sup> Essa característica de considerar os homens como “vítimas” também foi discutida e criticada por Marion Quadros, (2006), Pedro Paulo Oliveira (2000) e Rosely Costa (2002).



o compromisso de analisar o contexto de políticas públicas com o intuito de produzir novas ou simplesmente outras perguntas endereçadas a esse campo.

Figuroa-Perea (2004) propõe que se criem, se inventem palavras para que novas/outras realidades passem a existir. Com esse espírito ele segue sua leitura panorâmica das produções sobre masculinidades perguntando: *Que novos discursos, novas palavras estão sendo inventadas pelo campo?* Aqui, faz referência ao uso recorrente em pesquisas do conceito de *masculinidade hegemônica*, que tem como antítese as masculinidades subordinadas ou subalternas. O uso da expressão *masculinidade hegemônica* tornou-se quase lugar-comum nas pesquisas sobre homens e masculinidades, entretanto, este mesmo autor questiona o caráter a-histórico e universal dessa construção.

Algumas vezes, segundo o autor, corre-se o risco, ao se empregar a expressão “masculinidade hegemônica”, de materializar (ou substantivar) um jogo ou processo de poder, que produz leituras binárias, sem reconhecer a dimensão relacional de gênero.

Nesse contexto, outras expressões que emergem no âmbito dos estudos sobre masculinidades são postas em xeque. Por exemplo, na literatura, especialmente aquela produzida no contexto da psicologia clínica, que toma por base informações obtidas com homens atendidos em consultórios privados,<sup>7</sup> utiliza-se comumente a expressão *crise da masculinidade*, mas observa-se que poucos homens se reconhecem nessa situação. Coloca-se assim a pergunta feita por Pedro Paulo Oliveira (2000): *que homens estão em crise?* E acrescentamos: seria a *crise da masculinidade* ou tão somente *alguns homens em crise?*

*O que se quer com estes estudos sobre masculinidades?* Esta é outra intrigante indagação que Figuroa-Perea (2004) faz a esse campo de estudos e

---

<sup>7</sup> Sócrates Nolasco (1993, 1995, 2001) e Luiz Cuschnir (2002), por exemplo.

pesquisas. Tendo em vista que as perguntas de pesquisas orientam as perspectivas analíticas no desenvolvimento de estudos sobre a população masculina, o autor destaca que as pesquisas nesse campo vão desde propostas unilaterais de intervenção e modificação de atitudes até processos mais sistemáticos, que buscam historiar comportamentos e mapear múltiplas causas de suas modalidades, adotando uma perspectiva mais construcionista.

Esse segundo movimento pode ser levado a cabo tendo como ponto de partida a perspectiva de gênero, mas também pode adotar uma leitura parcial, seja a partir de um olhar voltado aos homens ou exclusivamente às mulheres. De acordo com a análise de Figueroa-Perea (2004), esta decisão passa pela delimitação de como se entende o próprio campo: 1) estudos sobre masculinidade; 2) estudos sobre homens e relações de gênero; ou 3) estudos de gênero sobre os homens.

A postura adotada neste texto é de que se está produzindo reflexões sobre masculinidades, a partir do enfoque de gênero, orientado por uma perspectiva feminista, entendendo a necessidade da adoção de uma abordagem conceitual politicamente orientada – perspectiva feminista aqui entendida como um campo teórico e político, uma filosofia de vida, um modelo societário, uma forma de ver o mundo, em última instância, originário e propulsor das reflexões sobre os homens.

Para dar conta de analisar o desigual exercício de poder entre homens e mulheres, assim como a dupla moralidade a partir da qual se nomeiam e se produzem as práticas de uns e de outras, precisamos perguntar: *Que categorias analíticas são usadas?* Que tipo de categoria é adotada na construção do objeto de estudo? Figueroa-Perea (2004) identifica quatro categorias – *privilégios, necessidades, direito e mal-estar* –, analisando-as a partir de suas diversas concepções, usos e críticas.

A constatação dos *privilégios* dos homens numa sociedade orientada pela ordem de gênero tem, segundo Figueroa-Perea (2004), gerado importantes contribuições analíticas. Porém, tomada de forma acrítica, a categoria analítica *privilégio* impede o reconhecimento de que o exercício do poder pelos homens pode trazer efeitos negativos associados (ou desvantagens) como consequência.

Outra categoria aponta para as *necessidades* dos homens, baseando-se não necessariamente em demandas, mas em análises de condições de produção e vetores de (im)possibilidades trazidos pela di-visão sexual do mundo. A esse respeito, Margareth Arilha, em sua tese de doutorado, questiona: “por que não se constrói socialmente uma real escuta para as vulnerabilidades e necessidades dos homens, quando se fala de gênero?” E vai além: “O que é que ‘gênero’ está tematizando, quando fala das mulheres, e o que está tematizando quando fala dos homens?” (ARILHA, 2005, p. 13).

Para além das *necessidades*, Figueroa-Perea (2004) traz *direitos* como outra categoria analítica que se vem legitimando, embora de forma ainda muito tímida. *Direito* pode ser entendido como condição humana, todavia, é preciso incluir nesta análise as condições de diferenças e desigualdades de gênero, para tornar mais complexo o seu entendimento. Na sociedade em que vivemos, *direito* pode ser entendido como algo inerente à condição masculina: os homens já são os sujeitos dos direitos e, portanto, falar nos homens seria invariavelmente falar em “posição de direito”. Só a partir de uma análise crítica desta noção genérica é possível qualificar seu uso com capacidade de transformação.

Arilha (2005) ressalta iniciativas que, na última década, começaram a ganhar visibilidade e apontam para campos de direito (especialmente o campo dos direitos reprodutivos) em que os homens (ou, pelo menos, uma parte deles) parecem não

ocupar posições definitivas de direito. Porém, como alerta a autora, tem-se observado que o processo de inserção dos homens no debate sobre direitos reprodutivos tem sido feito de maneira ainda muito tímida, incipiente, quando comparado ao que ocorreu com as mulheres, há pelo menos três décadas, no campo da sexualidade, reprodução e dos direitos *das mulheres*, de forma mais ampla. Vale assinalar que isto ocorre também em função das situações de dominação ainda vigentes em nossa sociedade (QUADROS, 2004a).

Figuroa-Perea (2004, p. 20) reconhece que há “uma confusão entre direito e privilégio na medida em que se defende que se as mulheres tivessem os mesmos privilégios dos homens, se avançaria na busca pela igualdade ou ao menos se diminuiria a desigualdade”. Todavia, segundo este autor, esquece-se que muitos privilégios de gênero foram legitimados privando dos direitos as mulheres, sendo necessário, a seu ver, democratizar os espaços de negociação mais do que buscar se igualar em privilégios.

De todo modo, como contraponto do *direito*, a expressão mais recorrente no campo da saúde reprodutiva, especialmente (mas não exclusivamente) nos (e a partir dos) documentos resultantes de conferências internacionais, quando se faz referência aos homens, é a *responsabilidade*, conceito especialmente trabalhado por Arilha em sua dissertação de mestrado (1999), e posteriormente analisado em sua tese de doutorado (2005), como no trecho a seguir:

O eixo central do trabalho desenvolvido naquele momento [referindo-se à dissertação de mestrado] foi justamente uma crítica à noção de *responsabilidade* usada pelo texto da Conferência do Cairo, mostrando sua essência normativa, operando com uma visão cristalizada [...], contribuindo para sedimentar o estereótipo de que homens em geral [...] são irresponsáveis, devendo ser capturados por políticas especiais e educados para se tornarem ‘responsáveis’. Se, por um lado, o trabalho era inovador e ousado na medida em que apontava para uma visão crítica da abordagem do masculino na

Conferência, não foi possível, naquele momento, seguir adiante e aprofundar um eixo que parece promissor [...]. (ARILHA, 2005, p. 14).

Baseada, então, em Scott, J. (1995), Arilha (2005) ratifica que, em sua perspectiva, gênero é uma das primeiras maneiras de dar significado às relações de poder, ou que gênero é um primeiro campo por meio do qual o poder é articulado. Segundo ela, não se tem dado atenção especial a essa segunda parte da definição de Scott. Para a autora, se gênero é também uma forma de estar no mundo, “como conceito orientador de análises, seria necessário investigar melhor suas possibilidades de problematizar o mal-estar masculino” (ARILHA, 2005, p. 14).

Nessa mesma direção, Figueroa-Perea (2004) introduz sua última categoria, o “mal-estar” (ou, como o autor prefere, no plural: “*malestares*”, em castelhano). Segundo o autor, é preciso ter cuidado para não cair numa perspectiva maniqueísta a partir de um olhar unidirecional. É fundamental complexificar nossas análises, investigando em que medida os sujeitos considerados “vitimizadores” (agressores, detentores do poder) lidam com as situações nas quais eles exercem o poder, ou lhes é permitido ou promovido esse exercício; e, mais além, se a conscientização destes homens, ou sua responsabilização sobre esse processo, é capaz de ressignificar seu posicionamento nas relações de poder.

A última pergunta apresentada por Figueroa-Perea (2004) em seu exercício de revisão panorâmica (*por el momento*, como ele mesmo chamou atenção) refere-se às dúvidas e incertezas que existem no campo de estudos sobre os homens: *Há desconfianças do conhecimento produzido sobre os homens?* Como esse campo de estudos de modo geral tem se desenvolvido com o intuito de discutir certezas e verdades que se atribuem a quase metade da população, colocar em suspeição os próprios cânones até então existentes leva a uma postura, a princípio, de negação e de ressalva.

[...] histórias pessoais e sociais definem e condicionam expectativas, preconceitos e pressupostos carregados de valor [...] levando a que se duvide da informação obtida com a população de estudo, em particular quando esta não coincide com os pressupostos e os marcos interpretativos em que se baseia [...]. (FIGUEROA-PEREA, 2004, p. 20, tradução nossa).

A origem destas desconfianças pode ser atribuída às cinco concepções sobre homens anteriormente mencionadas (e agora mais bem exploradas), que Figueroa-Perea (2004) condensou a partir da sistematização da análise da literatura latino-americana referente à temática, a saber: satanização dos homens, vitimização, autoflagelação, leitura patriarcal e leitura contextualizada de normas sociais. O autor chama atenção para uma postura maniqueísta nas três primeiras vertentes, em virtude do pressuposto de uma busca por definir e encontrar quem são “as boas e os maus” (FIGUEROA-PEREA, 2004, p. 18), mantendo polaridades que pouco contribuem ou avançam na compreensão da complexidade das propostas teóricas e políticas das relações de gênero, balizadas no feminismo.

A primeira ele define como a que “sataniza os homens”. Os homens são o motivo, origem e causa; responsáveis e executores das desigualdades de gênero, eles são vistos como vitimizadores.<sup>8</sup> Uma vertente oposta é a que reconhece os “homens como vítimas”, entendendo que eles também sofrem as conseqüências dos condicionantes de gênero e, portanto, não são totalmente responsáveis pelo que fazem, e sim resultado das influências de gênero. Em seguida, o autor nomeia o processo de autoflagelação, no qual os homens se consideram culpados dos problemas enfrentados pelas mulheres por sua própria condição de homem.<sup>9</sup> No seu entendimento, muitas vezes usam discursos politicamente corretos e renegam qualquer possibilidade de ter direitos (FLOOD, 1997).

---

<sup>8</sup> Digby (1998) é citado por Figueroa-Perea (2004) como obra que adota essa perspectiva.

<sup>9</sup> Entre essas obras, Figueroa-Perea (2004) cita Oliveira, Bilac e Muszkat (2000).

O autor observa características da perspectiva de gênero nas duas últimas concepções, contudo, com aportes diferentes de análise. Na quarta, os homens são entendidos a partir da perspectiva das desigualdades de gênero inscritas pelo patriarcado, que fundamentam os processos de desigualdades de gênero de forma global. Esta abordagem constata formalmente que o sistema patriarcal é multidimensional e, por fim, tem formas de controle e de reprodução tão complexas que termina por paralisar qualquer possibilidade e intento de transformação.<sup>10</sup>

A quinta noção, que adota “uma leitura que historiciza as normas sociais”, se propõe a definir, problematizar e desconstruir as influências sociais em contextos específicos.<sup>11</sup> Parte-se da idéia de que, se os homens tomarem consciência das relações de poder, torna-se possível transformá-las e reconstruí-las. Figueroa-Perea (2004) se filia mais a esta última vertente, na medida em que ela possibilita, a partir de um olhar de gênero, decodificar e desconstruir normas.

Acrescentamos nesta proposta a necessidade de uma análise que incorpore, nas proposições de transformação, o contexto macro-estrutural no qual estas normas são (foram) construídas e mantidas, pois não acreditamos em mudanças efetivas apenas no plano individual dos valores e da cultura. Equidade de gênero só será conquistada com justiça social.

Em última análise, na visão de Figueroa-Perea, as três primeiras concepções de homens produzidas nesse campo são marcadas por um discurso descritivo-maniqueísta que busca com suas interpretações uma divisão das pessoas em boas e más, “para ser mais preciso em boas e más” (FIGUEROA-PEREA, 2004, p. 17). O segundo grupo emprega leituras analítico-reflexivas, mas suas concepções se diferenciam nos modelos explicativos: uma está fundamentada na teoria do

---

<sup>10</sup> Neste conjunto, Figueroa-Perea (2004) identifica os trabalhos de Hernández (1995); Valdés e Olavarría (1998).

<sup>11</sup> Aqui, Figueroa-Perea faz referência ao trabalho de Parker (1998).

patriarcado, formulando explicações mais globais, e a outra enfoca suas análises em contextos específicos. Segundo Figueroa-Perea, o problema destas concepções *a priorísticas* é que elas podem enviesar as análises dos resultados, gerando a reafirmação constante de conceitos e do próprio modelo explicativo, restringindo a criatividade analítica e a análise sobre mudanças.

Diante dessa análise crítica sobre o 'estado da arte' de estudos e pesquisas sobre homens e masculinidades, especialmente no contexto da sexualidade e reprodução, ratificamos que é preciso romper com modelos explicativos que, via de regra, reafirmam a diferença e que nos permitem somente explicar como ou por que as coisas assim são, mas que não apontam contradições, fissuras, rupturas, brechas, frestas... que nos permitam visualizar caminhos de transformação progressiva e efetiva. Apostamos na necessidade de abrir espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural, polissêmico e crítico das leituras feministas.

### **Referências**

ARILHA, Margareth. **Masculinidades e gênero**: discursos sobre responsabilidade na reprodução. 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

ARILHA, Margareth. **O masculino em conferências e programas das Nações Unidas**: para uma crítica do discurso de gênero. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS: Ed. 34, 1998.



- CÁCERES, Carlos. Afterword: the production of knowledge on sexuality in the aids era: some issues, opportunities and challenges. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina M.; AGGLETON, Peter (Ed.). **Framing the sexual subject: the politics of gender, sexuality, and power**. Berkeley: University of California, 2000. p. 241-260.
- CONNELL, Robert W. **Masculinities**. Berkeley: University of California, 1995a.
- COSTA, Rosely G. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, Heloisa B.; COSTA, Rosely G.; RAMIREZ, Martha C.; SOUZA, Érica R. (Orgs.). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 213-241.
- CUSCHNIR, Luiz. **Homens sem máscaras: paixões e segredos dos homens**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- DIGBY, Tom (Ed.). **Men doing feminism**. Londres: Routledge, 1998.
- FIGUEROA-PEREA, Juan Guillermo. La representación social de los varones en estudios sobre masculinidades y reproducción: un muestrario de reflexiones. In: MEDRADO, Benedito; FRANCH, Monica; LYRA, Jorge; BRITO, Maira (Org.). **Homens: tempos, práticas e vozes**. Recife: Instituto PAPAI; Fages: NEPO: UNICAMP: Pegapacapé, 2004. p. 22-34.
- FIGUEROA-PEREA, Juan Guillermo. Algunos elementos para interpretar la presencia de los varones en los procesos de salud reproductiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento 1, p. 87-96, 1998.
- FLOOD, Michael. Lo que más frecuentemente se pregunta acerca de los hombre pro-feministas y sus políticas. Traducción de Laura Asturias. 1997. Mimeografiado.
- GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 23, p. 163-175, 1989.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 20, p. 87-120, 2003.

HERNÁNDEZ, Juan Carlos. Sexualidad masculina y reproducción “¿Qué va decir papá?” In: COLOQUIO LATINOAMERICANO SOBRE VARONES, SEXUALIDAD Y REPRODUCCIÓN, Zacatecas, México, 1995. Mimeografado.

IZQUIERDO, Maria Jesús. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, Mercedes (Org.). **Pensar las diferencias**. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1994. p. 31-53.

LYRA, Jorge. **Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)**. 2008. 262 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

LYRA, Jorge. **Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

MEDRADO, Benedito. **O masculino na mídia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

MEDRADO, Benedito. **A masculinidade na propaganda televisiva brasileira**. Texto apresentado para exame de Qualificação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

MEDRADO, Benedito; FRANCH, Monica; LYRA, Jorge; BRITO, Maira (Orgs.). **Homens: tempos, práticas e vozes**. Recife: Instituto PAPAI; Fages; NEPO-UNICAMP; Pegapacará, 2004.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 20-35, 2008.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Produzindo sentidos sobre o masculino: da hegemonia à ética da diversidade. In: ADELMAN, Mirian; SILVESTREIN, Celsi (Orgs.). **Coletânea gênero plural**. Curitiba: UFPR, 2002. p. 63-76.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; GALVÃO, Karla; NASCIMENTO, Pedro. Homens por quê? Uma leitura da masculinidade a partir de um enfoque de gênero. **Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos**, São Paulo, n. 3, p. 12-16, 2000.

MINELLO MARTÍN, Nelson. Masculinidad/es: un concepto en construcción. **Nueva Antropología**, México, n. 61, p. 11-30, 2002.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson**: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, Maria Coleta; BILAC, Elizabete Dória; MUSZKAT, Malvina. “Que culpa tenho eu se não nasci mulher”: contracepção entre os homens das camadas médias brasileiras. In: Encontro nacional de estudos populacionais, 12, Caxambu, 2000b.

OLIVEIRA, Pedro P. Crises, valores e vivências da masculinidade. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 56, p. 89-110, 2000.

PARKER, Richard. Sexualidades masculinas. In: Simposio latinoamericano sobre participación masculina en la salud sexual y reproductiva, Oaxaca, México, 1998.

PARKER, Richard G.; GAGNON, John H. **Conceiving sexuality**: approaches to sex research in a postmodern world. New York; London: Routledge, 1995.

PARRINI, Rodrigo. ¿Existe la masculinidad? Sobre un dispositivo de saber/poder.

México: Colégio do México, 2006. Disponível em:

<<http://generomexico.colmex.mx/Parrini.jsp>>. Acesso em: 09 mar. 2008.

PINO, Nádía P. A teoria *queer* e os *intersex*: experiências invisíveis de corpos *desfeitos*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 149-174, 2007.

QUADROS, Marion T. **Gênero, masculinidades, mulheres, feminismo...**

**revisitando tensões e impasses entre movimentos sociais e produção**

**acadêmica**. In: IV Seminário homens, feminismo e políticas públicas em saúde.

Recife: Instituto PAPAI, Gema/UFPE, Núcleo FAGES/UFPE; REDOR, 2006.

Mimeografado.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.

**Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação &**

**Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (Eds.). **Masculinidades y equidad de género**

**en América Latina**. Santiago de Chile: Flacso, 1998.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do

Sul de Portugal. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 95, p.161-189, 1996.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da

masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

VANCE, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico.

**Physis - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-31, 1995.